



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO
Rua Arnaldo Lopes Sussekind, n 236, – Bairro Jardim Aclimação – Cuiabá – MT - CEP: 78.050-258
Telefone: (65) 3613-9100

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N. 01/2026 - Comprasnet nº 01/2026

Número do Compras.gov: 90001/2026

(PGEA N. 20.02.2300.0000072/2026-34)

Lei n. 14.133/2021

A seleção será exclusiva para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviço continuado de manutenção preventiva e corretiva dos condicionadores de ar instalados no prédio sede da Procuradoria Regional do Trabalho da 23ª Região, sem fornecimento de peças.	Data de abertura: 27/05/2026 às 10h (Horário de Brasília) www.comprasnet.gov.br	
	Exclusiva ME/EPP: <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não	Regime de Execução: Empreitada por Preço Unitário
Valor Máximo Aceitável: R\$ 25.106,37 (vinte e cinco mil cento e seis reais e trinta e sete centavos).	Modo de disputa: Aberto e Fechado	Critério de Julgamento: Menor Preço Global
Prazo para envio da proposta/documentação: Até 2 (duas) horas após a convocação efetuada pelo Pregoeiro	Vistoria: <input type="checkbox"/> Obrigatória <input checked="" type="checkbox"/> Facultativa <input type="checkbox"/> Não se aplica	Garantia de Execução: <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Pedidos de esclarecimentos: Até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão deste pregão no e-mail prr23.licitacao@mpt.mp.br	Impugnações: Até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão deste pregão no e-mail prr23.licitacao@mpt.mp.br	
SERVIÇO COMUM		
Critério de seleção da proposta: Menor Preço Global. Regime de execução: Empreitada por Preço Unitário. Locais da prestação dos serviços: CUIABÁ - PRT/23ª Região: Rua Arnaldo Lopes Sussekind, nº236, – Bairro Jardim Aclimação. Prazo de Vigência Contratual: O prazo de vigência do contrato será de 24 (vinte quatro) meses, contados a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado, a critério da Contratante. Prazo de execução do serviço: 60 (sessenta) dias corridos. Contratante: Ministério Público do Trabalho em Mato Grosso - PRT 23ª Região (PRT23).		

Torna-se público que a PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO, por meio da Seção de Licitações e Compras, sediada na Rua Arnaldo Lopes Sussekind, n. 236, – Bairro Jardim Aclimação – Cuiabá – MT - CEP: 78050-258, realizará LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, pelo regime de empreitada por preço unitário, nos termos da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021,



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO

Rua Arnaldo Lopes Sussekind, n 236, – Bairro Jardim Aclimação – Cuiabá – MT - CEP: 78.050-258
Telefone: (65) 3613-9100

alterada pela Lei n. 14.770, de 22 de dezembro de 2023 e do Decreto n. 10.024, de 20 de setembro de 2019 e demais legislação aplicável e, ainda, das exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1. DA SESSÃO PÚBLICA

1.1. Datas, Horários e Informações sobre o Certame:

- a) **DATA DE ABERTURA: 27/05/2026;**
- b) **HORA DA ABERTURA: 10:00 horas (horário de Brasília);**
- c) **ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA:** a partir da divulgação do Edital até a data e horário a partir da divulgação do Edital até a data e horário estabelecidos para abertura da sessão pública;
- d) **ENDEREÇO ELETRÔNICO:** <https://www.gov.br/compras>;
- e) **CÓDIGO UASG:** 200205 – Procuradoria Regional do Trabalho-23ª Região.

1.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

1.3. Nos casos de indisponibilidade de acesso do Pregoeiro à sala de disputa de lances, no Sistema “Comprasnet”, que impeça o início da disputa até às **11:30h (horário de Brasília)**, será aplicada a regra do subitem anterior.

2. DO OBJETO

2.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva dos condicionadores de ar instalados no prédio sede da Procuradoria Regional do Trabalho da 23ª Região, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

2.2. A licitação será realizada em lote único, formado por 1 item, que engloba 41 subitens, conforme tabela constante nos Anexos II e III deste Edital, devendo o licitante oferecer proposta para todos os subitens que o compõem.

2.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço GLOBAL DO LOTE (LOTE ÚNICO), observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO
Rua Arnaldo Lopes Sussekind, n 236, – Bairro Jardim Aclimação – Cuiabá – MT - CEP: 78.050-258
Telefone: (65) 3613-9100

2.4. A licitação será realizada em item único, devendo ser observados os valores contidos na planilha de custos (Anexo I - B) na ocasião do julgamento da proposta.

2.5. O critério de julgamento adotado será o menor preço global, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2.6. Compõem a relação de Anexos deste Edital:

Anexo I	Termo de Referência
Anexo II	Minuta de Instrumento Contratual
Anexo III	Modelo de Proposta de Preço com declarações de: a) inexistência de fato impeditivo; b) não empregar menores; c) antinepostimo; d) trabalho degradante ou forçado; e) reserva de vagas para deficientes
Anexo IV	Declaração de vistoria
Anexo V	Declaração de microempresa (ME ou Empresa de Pequeno Porte (EPP))

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados, **exclusivamente, enquadrados como microempresa e empresa de pequeno porte regidos pela Lei Complementar nº 123/2006**, que explorem ramo de atividade compatível com o objeto licitado (Acórdão TCU nº 503/2021 – Plenário), que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO

Rua Arnaldo Lopes Sussekund, n 236, – Bairro Jardim Aclimação – Cuiabá – MT - CEP: 78.050-258
Telefone: (65) 3613-9100

habilitação.

- 3.5. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento do SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 3.6. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 3.7. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI nos limites previstos da Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006.
- 3.8. A utilização dos benefícios concedidos pela Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006, por licitante que não se enquadre na definição legal reservada a essas categorias configura fraude ao certame, sujeitando o licitante à aplicação de penalidades previstas na legislação vigente, neste Edital e seus Anexos.
- 3.9. Não poderão participar desta licitação os interessados:
- a) proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
 - b) que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
 - c) estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
 - d) que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 14 da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021;
 - e) que estejam sob falência, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;
 - f) entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;
 - g) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);
 - h) instituições sem fins lucrativos (parágrafo único do art. 12 da Instrução Normativa/SEGES nº 05/2017).
- 3.10. É admissível a participação de organizações sociais, qualificadas na forma dos arts. 5º a 7º da Lei n. 9.637, de 15 de maio de 1998, desde que os serviços objeto desta licitação se insiram entre as atividades



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO

Rua Arnaldo Lopes Sussekind, n 236, – Bairro Jardim Aclimação – Cuiabá – MT - CEP: 78.050-258
Telefone: (65) 3613-9100

previstas no contrato de gestão firmado entre o Poder Público e a organização social (Acórdão nº 1.406/2017- TCU-Plenário), mediante apresentação do Contrato de Gestão e dos respectivos atos constitutivos.

- 3.11. Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem modelo de gestão operacional adequado ao objeto desta licitação, com compartilhamento ou rodízio das atividades de coordenação e supervisão da execução dos serviços, e desde que os serviços contratados sejam executados obrigatoriamente pelos cooperados, vedando-se qualquer intermediação ou subcontratação.
- 3.12. Em sendo permitida a participação de cooperativas, serão estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte quando elas atenderem ao disposto no art. 34 da Lei n. 11.488, de 15 de junho de 2007.
- 3.13. Nos termos do art. 5º do Decreto n. 9.507, de 21 de setembro de 2018, é vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção que tenham relação de parentesco com:
- a) detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou
 - b) de autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante.
- 3.14. Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (Súmula Vinculante/STF n. 13, art. 5º, inciso V, da Lei n. 12.813, de 16 de maio de 2013 e art. 2º, inciso III, do Decreto n. 7.203, de 04 de junho de 2010).
- 3.15. Nos termos do art. 7º do Decreto n. 7.203, de 4 de junho de 2010, é vedada, ainda, a utilização, na execução dos serviços contratados, de empregado da futura Contratada que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança neste órgão contratante.
- 3.16. Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
- a) que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus artigos



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO

Rua Arnaldo Lopes Sussekind, n 236, – Bairro Jardim Aclimação – Cuiabá – MT - CEP: 78.050-258
Telefone: (65) 3613-9100

42 a 49;

- b) a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, porquanto a presente licitação não é exclusiva para ME/EPP;
- c) que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;
- d) que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;
- e) que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- f) que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- g) que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP n. 2, de 16 de setembro de 2009;
- h) que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei n. 8.213, de 24 de julho de 1991.

3.17. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 4.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.
- 4.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
- 4.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.
- 4.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação,



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO

Rua Arnaldo Lopes Sussekind, n 236, – Bairro Jardim Aclimação – Cuiabá – MT - CEP: 78.050-258
Telefone: (65) 3613-9100

ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do artigo 43, § 1º, da Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006.

- 4.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.7. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo, conforme o caso, quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- a) a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
 - b) os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o item acima.
- 4.8. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- a) valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
 - b) percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 4.9. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado, conforme o caso, possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 4.10. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
- 4.11. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO
Rua Arnaldo Lopes Sussekund, n 236, – Bairro Jardim Aclimação – Cuiabá – MT - CEP: 78.050-258
Telefone: (65) 3613-9100

lances.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- a) **menor preço global**, já considerados e inclusos todos os tributos, equipamentos e demais despesas decorrentes da execução do objeto, cujo **valor global de referência é R\$ 25.106,37¹ (vinte e cinco mil cento e seis reais e trinta e sete centavos) para fins de aceitabilidade da proposta; (registre-se que o valor estimado anual do contrato é R\$ 33.817.71, conforme item 10 do Termo de Referência);**
- b) **Ao final da fase de lances o percentual de desconto aplicado sobre o valor global deverá ser aplicado proporcionalmente a cada um dos itens, ou seja, o mesmo percentual de desconto deverá ser aplicado em cada um dos itens.**
- c) descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência (Anexo I);
- d) a proposta comercial deverá ser preenchida conforme o Anexo III deste Edital (Modelo de Proposta de Preços) e os valores informados deverão ter até 2 (duas) casas decimais;
- e) a proposta deverá preferencialmente seguir o modelo contido no Anexo III, bem como trazer como anexos todos os documentos disponíveis nos Anexos IV (Declaração de Vistoria) e V (Declaração de ME/EPP) do Edital.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Na proposta estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.

5.4. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

¹ O valor global de referência é R\$ 25.106,37 para fins de aceitabilidade da proposta. Contudo, o valor estimado anual do contrato é R\$ 33.817.71, conforme previsto no item 10.4 do Termo de Referência.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO

Rua Arnaldo Lopes Sussekund, n 236, – Bairro Jardim Aclimação – Cuiabá – MT - CEP: 78.050-258
Telefone: (65) 3613-9100

- 5.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 5.7. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 5.8. Caso o prazo de validade da proposta não esteja expressamente indicado, será considerado como de 60 (sessenta) dias, para quaisquer efeitos.
- 5.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA VISTORIA

- 6.1. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é facultativa, entretanto é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim.
- 6.2. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.
- 6.3. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa, comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
- 6.4. A vistoria na PRT/23ª Região em Cuiabá **deverá ser agendada** e realizada no período compreendido



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO

Rua Arnaldo Lopes Sussekind, n 236, – Bairro Jardim Aclimação – Cuiabá – MT - CEP: 78.050-258
Telefone: (65) 3613-9100

entre a divulgação do Edital de Licitação até o dia antecedente à realização do certame, em dia útil, segunda-feira a sexta-feira, no horário das 07:30 às 14:30h, junto da Seção de Licitações e Compras por meio dos telefones: (65) 3613- 9125, ou através do e-mail: prr23.licitacao@mpt.mp.br.

- 6.5. **Caso o licitante opte por não realizar a vistoria**, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 6.6. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.
- 7.3. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 7.4. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 7.5. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 7.6. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 7.7. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 7.8. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO

Rua Arnaldo Lopes Sussekund, n 236, – Bairro Jardim Aclimação – Cuiabá – MT - CEP: 78.050-258
Telefone: (65) 3613-9100

eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

- 7.9. O lance deverá ser ofertado com **o menor preço global sobre o valor máximo aceitável de R\$ 25.106,37 (vinte e cinco mil cento e seis reais e trinta e sete centavos).**
- 7.10. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.11. O licitante somente poderá oferecer lance de **menor preço global** inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.12. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa “aberto e fechado”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 7.13. Em atendimento ao artigo 22, § 1º, da Instrução Normativa SEGES/ME n. 73, de 30 de setembro de 2022, fixa-se **o intervalo mínimo de diferença de valores entre lances em R\$ 100,00 (cem reais).**
- 7.14. Conforme previsto no artigo 24 da Instrução Normativa SEGES/ME n. 73, de 30 de setembro de 2022, a etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 7.15. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 7.16. Não havendo pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 7.17. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 7.18. Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO

Rua Arnaldo Lopes Sussekind, n 236, – Bairro Jardim Aclimação – Cuiabá – MT - CEP: 78.050-258
Telefone: (65) 3613-9100

reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de 3 (três), na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

- 7.19. Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.
- 7.20. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.21. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.22. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.23. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.24. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006, regulamentada pelo Decreto n. 8.538, de 6 de outubro de 2015.
- 7.25. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 7.26. A mais bem classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO

Rua Arnaldo Lopes Sussekind, n 236, – Bairro Jardim Aclimação – Cuiabá – MT - CEP: 78.050-258
Telefone: (65) 3613-9100

controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

- 7.27. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 7.28. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 7.29. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 7.30. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da lei nº 14.133/2021, nesta ordem:
- a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
 - b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
 - c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
 - d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 7.31. Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- a) empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
 - b) empresas brasileiras;
 - c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
 - d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO

Rua Arnaldo Lopes Sussekind, n 236, – Bairro Jardim Aclimação – Cuiabá – MT - CEP: 78.050-258
Telefone: (65) 3613-9100

de 2009.

- 7.32. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, **o pregoeiro deverá encaminhar**, pelo sistema eletrônico, **contraproposta** ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
- 7.33. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 7.34. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 7.35. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

- 8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 9º da Instrução Normativa SEGES/ME n. 73, de 30 de setembro de 2022.
- 8.2. A análise da exequibilidade da proposta de preços deverá ser realizada com o auxílio do modelo de proposta de preços, a ser preenchida pelo licitante em relação à sua proposta final, conforme anexo deste Edital.
- 8.3. A proposta de preços deverá ser encaminhada pelo licitante exclusivamente via sistema, no prazo de 2 (duas) horas, contado da solicitação do pregoeiro, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor do item o qual será analisada pelo Pregoeiro no momento da aceitação do lance vencedor.
- 8.4. A inexecutabilidade dos valores referentes a itens isolados não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que não contrariem exigências legais.
- 8.5. Será desclassificada a proposta que:
- a) contenham vícios ou ilegalidades;
 - b) não apresentem as especificações técnicas exigidas pelo Termo de Referência ou Projeto Básico;



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO

Rua Arnaldo Lopes Sussekund, n 236, – Bairro Jardim Aclimação – Cuiabá – MT - CEP: 78.050-258
Telefone: (65) 3613-9100

- c) apresentarem preços finais superiores ao valor máximo estabelecido pelo órgão ou entidade contratante no ato convocatório;
- d) apresentarem preços que sejam manifestamente inexequíveis;
- e) não vierem a comprovar sua exequibilidade, em especial em relação ao preço e a produtividade apresentada.

8.6. Quando o licitante não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

- a) for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração;
- b) apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

8.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 2º do artigo 59 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

8.8. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

8.9. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência. A ocorrência será registrada em ata.

8.10. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

8.11. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO

Rua Arnaldo Lopes Sussekind, n 236, – Bairro Jardim Aclimação – Cuiabá – MT - CEP: 78.050-258
Telefone: (65) 3613-9100

- 8.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço.
- 8.13. O ajuste de que trata o item anterior limita-se a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.
- 8.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 8.15. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 8.16. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da sessão.
- 8.17. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.
- 8.18. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9. DA HABILITAÇÃO

9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União:

<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?paginacaoSimples=true&tamanhoPagina=&offset=&direcaoOrdenacao=asc&palavraChave=37.678.796%2F0001->



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO

Rua Arnaldo Lopes Sussekind, n 236, – Bairro Jardim Aclimação – Cuiabá – MT - CEP: 78.050-258
Telefone: (65) 3613-9100

[46&cadastro=1&cpfCnpj=37678796000146&colunasSelecionadas=linkDetalhamento%2Ccadastrar%2Ccnpj%2CnomeSancionado%2CufSancionado%2Corgao%2CcategoriaSancao%2CdataPublicacao%2CvalorMulta%2Cquantidade&ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc](#)

- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ:

https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php?validar=form

- d) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União – TCU ([Relação de inidôneos](#)).

9.2. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br>).

9.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e, também, de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n. 8.429, de 2 de junho de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.4. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

- Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.
- Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.5. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, seguindo-se a



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO

Rua Arnaldo Lopes Sussekund, n 236, – Bairro Jardim Aclimação – Cuiabá – MT - CEP: 78.050-258
Telefone: (65) 3613-9100

disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

- 9.6. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação econômico-financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP n. 03, de 26 de abril de 2018.
- 9.7. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP n. 03, de 26 de abril de 2018, mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 9.8. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.
- 9.9. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).
- 9.10. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.
- 9.11. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 9.12. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 9.13. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO

Rua Arnaldo Lopes Sussekind, n 236, – Bairro Jardim Aclimação – Cuiabá – MT - CEP: 78.050-258
Telefone: (65) 3613-9100

9.14. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.15. Ressalvado o disposto no item 4.3., os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

9.16. Habilitação jurídica:

- a) no caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- c) no caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- d) inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- e) no caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- f) decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;
- g) no caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o artigo 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971.
- h) os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.17. Qualificação técnica

9.17.1. Nos termos do item n. 8.5. do Termo de Referência (Anexo I), as licitantes, por ocasião da fase



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO

Rua Arnaldo Lopes Sussekund, n 236, – Bairro Jardim Aclimação – Cuiabá – MT - CEP: 78.050-258
Telefone: (65) 3613-9100

habilitatória da licitação, deverão comprovar a qualificação técnica mediante apresentação de pelo menos 1 (um) Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a aptidão para o desempenho de atividade compatível com o objeto a ser contratado, devendo o atestado conter as seguintes disposições:

- a) Identificação da pessoa jurídica emitente com CNPJ;
- b) Nome e cargo do signatário;
- c) Endereço completo do emitente;
- d) Período do contrato;
- e) Objeto contratual;
- f) Outras informações técnicas necessárias e suficientes para a avaliação das experiências.

9.17.2. Caso a empresa licitante apresente atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito privado, solicita-se que, preferencialmente, sejam apresentadas notas fiscais, contratos e o que mais entender pertinente, a fim de propiciar análise mais acurada pelo agente de contratação.

9.18. Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- b) prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- c) prova de a inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- d) prova de a regularidade perante a Fazenda estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente;
- e) caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais e/ou municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração do respectivo Órgão Fazendário do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO

Rua Arnaldo Lopes Sussekind, n 236, – Bairro Jardim Aclimação – Cuiabá – MT - CEP: 78.050-258
Telefone: (65) 3613-9100

- f) prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- g) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

9.19. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.20. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro poderá suspender a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da sessão.

9.21. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.22. No(s) item(ns) não exclusivo(s) a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.23. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA

10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 2 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

- a) ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal;
- b) apresentar a proposta, conforme Anexo III, devidamente ajustada ao lance vencedor, conforme valores unitários e valor do grupo;
- c) conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO

Rua Arnaldo Lopes Sussekind, n 236, – Bairro Jardim Aclimação – Cuiabá – MT - CEP: 78.050-258
Telefone: (65) 3613-9100

execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

- 10.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
- 10.4. Os valores, os preços e os custos utilizados terão como expressão monetária a moeda corrente nacional.
- 10.5. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.
- 10.6. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.
- 10.7. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.
- 10.8. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

11. DOS RECURSOS

- 11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no artigo 165 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
- 11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
 - a. a ausência de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará na decadência desse direito, e o pregoeiro estará autorizado a dar continuidade aos procedimentos ulteriores;
 - b. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;
 - c. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.
 - d. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no artigo 17, § 1º, da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO

Rua Arnaldo Lopes Sussekund, n 236, – Bairro Jardim Aclimação – Cuiabá – MT - CEP: 78.050-258
Telefone: (65) 3613-9100

intimação da ata de julgamento.

- 11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.prt23.mpt.mp.br.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo(a) pregoeiro(a) durante o certame;
- 12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado e aceito pelo(a) Pregoeiro(a), não mantiver a proposta, em especial quando:
- a) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - b) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - c) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
 - d) deixar de apresentar amostra; ou
 - e) apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO

Rua Arnaldo Lopes Sussekind, n 236, – Bairro Jardim Aclimação – Cuiabá – MT - CEP: 78.050-258
Telefone: (65) 3613-9100

- 12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 12.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 12.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- 12.1.6. fraudar a licitação;
- 12.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- a) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - b) induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - c) apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 12.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 12.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 12.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- a) advertência;
 - b) multa;
 - c) impedimento de licitar e contratar; e
 - d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - b) as peculiaridades do caso concreto;
 - c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO

Rua Arnaldo Lopes Sussekind, n 236, – Bairro Jardim Aclimação – Cuiabá – MT - CEP: 78.050-258
Telefone: (65) 3613-9100

- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 12.5. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2, 12.1.3 e 12.1.4, a multa será de 10% do valor do contrato licitado.
- 12.6. Para as infrações previstas nos itens 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7, 12.1.8 e 12.1.9, a multa será de 20% do valor do contrato licitado.
- 12.7. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 12.8. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 12.9. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2, 12.1.3 e 12.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 12.10. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7, 12.1.8 e 12.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2, 12.1.3 e 12.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021.
- 12.11. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descritas nos itens 12.1.3 e 12.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e, se for o caso, à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do artigo 45, §4º, da Instrução Normativa SEGES/ME n.º 73, de 30 de setembro de 2022.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO

Rua Arnaldo Lopes Sussekund, n 236, – Bairro Jardim Aclimação – Cuiabá – MT - CEP: 78.050-258
Telefone: (65) 3613-9100

- 12.12. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 12.13. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis em caso de aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 12.14. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 12.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 12.16. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

13.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

- a) nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam;
- b) quando houver erro na aceitação do preço mais bem classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO

Rua Arnaldo Lopes Sussekind, n 236, – Bairro Jardim Aclimação – Cuiabá – MT - CEP: 78.050-258
Telefone: (65) 3613-9100

- 13.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.
- 13.3. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”) ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.
- 13.4. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

14. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 14.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do(a) Pregoeiro(a), caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.
- 14.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

15. DAS GARANTIAS

- 15.1. Será exigida a garantia de acordo com o artigo 98, da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato.
- 15.2. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor máximo aceitável para esta licitação, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.
- 15.3. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência anexo a este Edital.

16. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

- 16.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO

Rua Arnaldo Lopes Sussekind, n 236, – Bairro Jardim Aclimação – Cuiabá – MT - CEP: 78.050-258
Telefone: (65) 3613-9100

- 16.2. O adjudicatário terá o prazo de 2 (dois) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar eletronicamente, por meio do Sistema de Protocolo Eletrônico, o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 16.3. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 16.4. Alternativamente à assinatura eletrônica, mediante justificativa, poderá haver a convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato.
- 16.5. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:
- a) referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021;
 - b) a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;
 - c) a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas no artigo 137 da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021, e reconhece os direitos da Administração previstos no artigo 139 da mesma Lei.
- 16.6. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no artigo 29 da Instrução Normativa n. 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do artigo 6º, III, da Lei n. 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.
- 16.7. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.
- 16.8. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.
- 16.9. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO

Rua Arnaldo Lopes Sussekind, n 236, – Bairro Jardim Aclimação – Cuiabá – MT - CEP: 78.050-258
Telefone: (65) 3613-9100

de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

- 16.10. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas neste Edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções e das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato.

17. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

- 17.1. Os critérios de aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência anexo a este Edital.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

- 18.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência e minuta de contrato anexos a este Edital.

19. DO PAGAMENTO

- 19.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência e minuta de contrato anexos a este Edital.

20. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 20.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.
- 20.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail prt23.licitacao@mpt.mp.br, ou por peticionamento eletrônico - Protocolo Administrativo eletrônico (<https://protocoloadministrativo.mpt.mp.br/login>) - ao PGEA 20.02.2300.0000072/2026-34.
- 20.3. Caberá ao(à) Pregoeiro(a), auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 2 (dois) dias úteis, contados da data de recebimento da



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO

Rua Arnaldo Lopes Sussekind, n 236, – Bairro Jardim Aclimação – Cuiabá – MT - CEP: 78.050-258
Telefone: (65) 3613-9100

impugnação.

- 20.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 20.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao(à) Pregoeiro(a), até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.
- 20.6. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.
- 20.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 20.8. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
- 20.9. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 21.1. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.
- 21.2. No julgamento das propostas e da habilitação, o(a) Pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 21.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 21.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO

Rua Arnaldo Lopes Sussekind, n 236, – Bairro Jardim Aclimação – Cuiabá – MT - CEP: 78.050-258
Telefone: (65) 3613-9100

- 21.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 21.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 21.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 21.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 21.9. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.gov.br/compras/pt-br/, ou através do sítio oficial da Procuradoria Regional do Trabalho da 23ª Região, item Licitações, ou ainda, no Portal da Transparência do MPT.

Cuiabá, data da assinatura eletrônica.

(Assinado eletronicamente)

THAYLISE CAMPOS COLETA DE SOUZA ZAFFANI

Procuradora-Chefe da PRT 23ª Região



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO
Rua Arnaldo Lopes Sussekund, n 236, – Bairro Jardim Aclimação – Cuiabá – MT - CEP: 78.050-258
Telefone: (65) 3613-9100

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

- 1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviço continuado de manutenção preventiva e corretiva de condicionadores de ar, por meio de licitação na modalidade Pregão Eletrônico, para atender às necessidades do edifício sede da Procuradoria Regional do Trabalho da 23ª Região – PRT23, em Cuiabá/MT.
- 1.2. Os condicionadores de ar abrangidos pelo objeto desta contratação constam do Anexo I deste Termo de Referência, sendo a relação meramente informativa e sujeita a alterações, podendo ser incluídos ou excluídos equipamentos de acordo com a conveniência da Administração.
- 1.3. O objeto caracteriza-se como serviço comum, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. O presente Termo de Referência foi elaborado com base no Estudo Técnico Preliminar – ETP, conforme disposto no art. 18, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

- 3.1. A solução consiste na contratação de empresa especializada para execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos sistemas de climatização da sede da PRT23.
- 3.2. A execução do objeto será realizada sob o regime de serviços por demanda, não havendo quantitativos fixos nem consumo mínimo obrigatório.

4. DO LOCAL DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 4.1. Os serviços serão executados na sede da Procuradoria Regional do Trabalho da 23ª Região, situada na Rua Arnaldo Lopes Sussekund, nº 236, Jardim Aclimação, Cuiabá/MT.

5. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 5.1. A Contratada deverá ser empresa especializada na manutenção de sistemas de climatização, devidamente constituída e com objeto social compatível.
- 5.2. A Contratada deverá dispor de profissionais qualificados para manutenção de equipamentos Split e Split Inverter.
- 5.3. A Contratada deverá fornecer todos os equipamentos, ferramentas e instrumentos necessários.
- 5.4. A Contratada deverá observar rigorosamente as normas técnicas da ABNT, ANVISA, normas ambientais e de segurança do trabalho.
- 5.5. A Contratada deverá garantir os serviços realizados pelo prazo mínimo de 90 (noventa) dias.
- 5.6. Na entrega do serviço, a Contratada deverá fornecer Certificado de Garantia, mediante documento próprio ou



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO

Rua Arnaldo Lopes Sussekind, n 236, – Bairro Jardim Aclimação – Cuiabá – MT - CEP: 78.050-258
Telefone: (65) 3613-9100

anotação impressa ou carimbada na segunda via da Nota Fiscal.

6. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. Manutenção preventiva

6.1.1. A manutenção preventiva será realizada sempre que solicitada, compreendendo limpeza, lavagem, inspeções e testes de funcionamento gerais.

6.2. Manutenção corretiva

6.2.1. A manutenção corretiva compreenderá, no mínimo, os seguintes serviços:

- a) Retirada de vazamento, limpeza do sistema e carga de gás;
- b) Substituição (troca) de ventilador interno e externo;
- c) Substituição (troca) de compressor;
- d) Substituição de componentes como capacitor, válvula, termostato, placa eletrônica;
- e) Instalação da unidade condensadora e evaporadora;
- f) Desinstalação da unidade condensadora e evaporadora;
- g) Limpeza da unidade condensadora;
- h) Limpeza da unidade evaporadora.

6.3. Serviço de retirada de vazamento e complementação de carga de gás

6.3.1. Sempre que necessária a complementação de fluido refrigerante, a Contratada deverá utilizar balança para pesagem do botijão antes e após a carga, permitindo à fiscalização aferir a quantidade efetivamente utilizada.

6.4. Instalação das unidades condensadora e evaporadora

6.4.1. No valor do serviço deverão estar incluídos tubos de cobre (até 2 metros), fita isolante, braçadeiras, parafusos e demais materiais necessários.

6.5. Horário de execução

6.5.1. Os serviços serão realizados preferencialmente das 08h às 15h (horário local).

6.6. Parque de aparelhos da PRT23

APARELHOS DE AR-CONDICIONADO DA SEDE DA PRT23			
BTU's	Quantidade	Convencional	Inverter
18.000	26	0	26
22.000	11	0	11
24.000	34	18	16
36.000	10	5	5
Total	81	2	58
%	100%	28,4%	71,60%



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO
Rua Arnaldo Lopes Sussekind, n 236, – Bairro Jardim Aclimação – Cuiabá – MT - CEP: 78.050-258
Telefone: (65) 3613-9100

7. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

7.1. A fiscalização/gestão contratual será exercida por servidores designados pela Contratante, para acompanhar a execução da contratação e sanar as dúvidas que surgirem, nos termos do art. 104 e 117 da Lei Federal n. 14.133/2021, bem como da Portaria PGR/MPU n. 28, de 16 de março de 2023.

Fiscais designados	
Fiscais Administrativos	Fiscais Técnicos
Titular: Marcel Jean Silva de Lima	Titular: Cleber Pirro de S. Clara Junior
Substituto: Marcela Maia Magalhães	Substituto: Marcos Eduardo da Silveira

7.2. Cabe aos fiscais do contrato notificar a Contratada quando constatada alguma irregularidade na execução do contrato, dentro de sua área de atuação, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

7.3. As decisões e providências que ultrapassem a competência do fiscal do contrato devem ser levadas ao conhecimento da Seção de Gestão de Contratos, para adoção das medidas necessárias.

7.4. A Contratada deve indicar, formalmente, um preposto e seu substituto com competência para tomar decisões em assuntos relacionados à execução do contrato, especialmente no cumprimento das determinações do fiscal do contrato.

7.5. Cabe à Contratada atender prontamente quaisquer exigências da fiscalização, não implicando a atividade da fiscalização em qualquer exclusão ou redução da responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade praticada na execução do contrato.

7.6. A fiscalização deve rejeitar no todo ou em parte os serviços e/ou peças executados e/ou fornecidos em desacordo com o instrumento de contrato.

7.7. Os fiscais do contrato são responsáveis pelo ateste das notas fiscais originadas em decorrência da relação contratual.

7.8. Após o recebimento das notas fiscais, o fiscal técnico do contrato terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para realizar o ateste das notas fiscais e encaminhá-las para pagamento.

7.9. Excepcionalmente, poderão ser concedidas 02 (duas) prorrogações de prazo para a execução de um mesmo serviço.

7.10. A ausência de fiscalização não eximirá a Contratada de suas responsabilidades contratuais, nem significará aceitação tácita por parte do Contratante.

7.11. A inadimplência da Contratada, com referência aos seus encargos sociais, comerciais e fiscais, não transfere a responsabilidade do pagamento à Contratante, nem poderá onerar o objeto do deste termo de referência.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO

Rua Arnaldo Lopes Sussekind, n 236, – Bairro Jardim Aclimação – Cuiabá – MT - CEP: 78.050-258
Telefone: (65) 3613-9100

7.12. Os serviços serão executados de forma a não prejudicar o trabalho e as atividades exercidas no prédio, podendo os serviços de maior vulto serem executados após o expediente ou nos finais de semana, a critério da Contratante.

7.13. O cometimento de infrações administrativas, sem justificativa ou com justificativa não aceita pela Contratante, ensejará a abertura de procedimento para apuração de irregularidades, podendo resultar na aplicação das sanções previstas na Lei n. 14.133, de 2021. Tais sanções serão processadas conforme a Portaria PGR/MPU n. 178, de 13 de setembro de 2023, bem como a Instrução Normativa DG/MPT n. 02, de 4 de junho de 2024, além das demais disposições constantes do Edital e do Termo de Contrato.

8. DA MEDIÇÃO, RECEBIMENTO E PAGAMENTO

8.1. Recebimento dos serviços

8.1.1. O recebimento do serviço será realizado da seguinte forma:

- a) **Provisoriamente**, para efeito de verificação da conformidade com as especificações, no prazo de até **5 (cinco) dias úteis**;
- b) **Definitivamente**, após a verificação e aceitação, no prazo de até **5 (cinco) dias úteis**, contados do recebimento provisório.

8.1.2. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil, técnica ou ético-profissional da Contratada.

8.2. Glosas e irregularidades

8.2.1. Será indicada retenção ou glosa proporcional ao descumprimento contratual, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso a Contratada:

- a) não produza os resultados acordados;
- b) deixe de executar ou execute com qualidade inferior;
- c) utilize recursos humanos ou materiais em desacordo com o contratado.

8.2.2. No caso de controvérsia quanto à execução, aplicar-se-á o disposto no **art. 143 da Lei nº 14.133/2021**, com pagamento da parcela incontroversa.

8.3. Pagamento

8.3.1. O pagamento será efetuado **após o recebimento definitivo**, mediante apresentação de Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pelos fiscais do contrato.

8.3.2. O prazo para pagamento será de até **10 (dez) dias úteis**.

8.3.3. Nenhum pagamento será efetuado enquanto houver pendências impeditivas imputáveis à Contratada.

9. DA SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.1. Modalidade e critério de julgamento

9.1.1. A seleção do fornecedor será realizada por Pregão Eletrônico, nos termos da Lei nº 14.133/2021.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO

Rua Arnaldo Lopes Sussekind, n 236, – Bairro Jardim Aclimação – Cuiabá – MT - CEP: 78.050-258
Telefone: (65) 3613-9100

9.1.2. O critério de julgamento será o de MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE.

9.2. Formação e análise das propostas

9.2.1. Será considerada vencedora a proposta que apresentar o menor preço global, calculado pelo somatório dos preços unitários dos serviços e do fornecimento de gás.

9.2.2. Os valores máximos unitários estabelecidos funcionam como limite de aceitabilidade, sendo vedada a apresentação de preços superiores.

9.2.3. O percentual de desconto ofertado no valor global deverá ser refletido linearmente em todos os itens da planilha.

9.2.4. O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias.

9.2.5. A apresentação da proposta implica aceitação integral de todas as condições deste Termo de Referência.

10. DA ESTIMATIVA DE PREÇOS

10.1. O valor total global de referência para fins de aceitabilidade das propostas é de **R\$ 25.106,37** (vinte e cinco mil cento e seis reais e trinta e sete centavos).

10.2. O referido valor resulta do somatório dos preços unitários máximos dos serviços passíveis de execução por demanda e não representa obrigação de consumo integral.

Aparelhos SPLIT de 18.000 BTU'S	VALOR
Serviços a serem realizados	Preço (R\$)
Retirada de vazamento, limpeza do sistema e serviço da carga de gás	R\$ 405,00
Substituição (troca) de ventilador interno e externo	R\$ 589,57
Substituição (troca) de Compressor	R\$ 610,00
Substituição de outras peças necessárias ao bom funcionamento do aparelho como: capacitor, válvula, termostato, central de comando etc.	R\$ 550,00
Instalação da unidade condensadora e evaporadora	R\$ 650,00
Desinstalação da unidade condensadora e evaporadora	R\$ 440,00
Limpeza da Unidade condensadora (lavagem)	R\$ 300,00
Limpeza da Unidade evaporadora (lavagem)	R\$ 300,00
Aparelhos SPLIT de 22.000 e 24.000 BTU'S	
Serviços a serem realizados	Preço (R\$)
Retirada de vazamento, limpeza do sistema e serviço da carga de gás	R\$ 575,00
Substituição (troca) de ventilador interno e externo	R\$ 685,00
Substituição (troca) de Compressor	R\$ 1.025,00



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO

Rua Arnaldo Lopes Sussekund, n 236, – Bairro Jardim Aclimação – Cuiabá – MT - CEP: 78.050-258
Telefone: (65) 3613-9100

Substituição de outras peças necessárias ao bom funcionamento do aparelho como: capacitor, válvula, termostato, central de comando etc.	R\$ 615,00
Instalação da unidade condensadora e evaporadora	R\$ 1.200,00
Desinstalação da unidade condensadora e evaporadora	R\$ 420,00
Limpeza da Unidade condensadora (lavagem)	R\$ 400,00
Limpeza da Unidade evaporadora (lavagem)	R\$ 372,50
Aparelhos SPLIT de 36.000 BTU'S	
Serviços a serem realizados	Preço (R\$)
Retirada de vazamento, limpeza do sistema e serviço da carga de gás	R\$ 605,00
Substituição (troca) de ventilador interno e externo	R\$ 855,00
Substituição (troca) de Compressor	R\$ 1.325,00
Substituição de outras peças necessárias ao bom funcionamento do aparelho como: capacitor, válvula, termostato, central de comando etc.	R\$ 505,00
Instalação da unidade condensadora e evaporadora	R\$ 900,00
Desinstalação da unidade condensadora e evaporadora	R\$ 650,00
Limpeza da Unidade condensadora (lavagem)	R\$ 525,00
Limpeza da Unidade evaporadora (lavagem)	R\$ 580,00
Aparelhos SPLIT de 18.000 BTU'S INVERTER	
Serviços a serem realizados	Preço (R\$)
Retirada de vazamento, limpeza do sistema e serviço da carga de gás	R\$ 430,00
Substituição (troca) de ventilador interno e externo	R\$ 610,00
Substituição (troca) de Compressor	R\$ 1.000,00
Substituição de outras peças necessárias ao bom funcionamento do aparelho como: capacitor, válvula, termostato, central de comando etc.	R\$ 765,00
Instalação da unidade condensadora e evaporadora	R\$ 750,00
Desinstalação da unidade condensadora e evaporadora	R\$ 200,00
Limpeza da Unidade condensadora (lavagem)	R\$ 325,00
Limpeza da Unidade evaporadora (lavagem)	R\$ 325,00
Aparelhos SPLIT de 22.000 e 24.000 BTU'S INVERTER	
Serviços a serem realizados	Preço (R\$)



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO

Rua Arnaldo Lopes Sussekind, n 236, – Bairro Jardim Aclimação – Cuiabá – MT - CEP: 78.050-258
Telefone: (65) 3613-9100

Retirada de vazamento, limpeza do sistema e serviço da carga de gás	R\$ 615,00
Substituição (troca) de ventilador interno e externo	R\$ 810,00
Substituição (troca) de Compressor	R\$ 1.175,00
Substituição de outras peças necessárias ao bom funcionamento do aparelho como: capacitor, válvula, termostato, central de comando etc.	R\$ 647,50
Instalação da unidade condensadora e evaporadora	R\$ 1.200,00
Desinstalação da unidade condensadora e evaporadora	R\$ 200,00
Limpeza da Unidade condensadora (lavagem)	R\$ 425,00
Limpeza da Unidade evaporadora (lavagem)	R\$ 405,00
FORNECIMENTO DE GÁS	
Preço por 100 gramas	Preço (R\$)
Gás R410A	R\$ 54,90
Gás R32	R\$ 86,90
VALOR TOTAL GLOBAL DE REFERÊNCIA	R\$ 25.106,37

10.3. O preço cotado inclui todas e quaisquer despesas com mão de obra, ferramentas, materiais empregados para testes, lubrificação, isolamento e quaisquer despesas operacionais, bem como todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, despesas e obrigações financeiras de qualquer natureza e outras despesas, diretas e indiretas necessários à perfeita execução do objeto da licitação.

10.4. Para fins de planejamento orçamentário, com base na média histórica de execução contratual, estima-se um **gasto anual aproximado de R\$ 33.817,71.**

10.5. O pagamento ocorrerá exclusivamente pelos serviços efetivamente executados, respeitada a disponibilidade orçamentária.

11. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

10.1. Obrigações da Contratante

10.1.1. Solicitar os serviços mediante Ordem de Serviço;

10.1.2. Designar e apoiar a fiscalização do contrato;

10.1.3. Notificar a Contratada sobre irregularidades;

10.1.4. Rejeitar serviços executados em desacordo;

10.1.5. Analisar e autorizar a prorrogação de prazo solicitada pelo contratado;

10.1.6. Efetuar os pagamentos devidos.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO

Rua Arnaldo Lopes Sussekind, n 236, – Bairro Jardim Aclimação – Cuiabá – MT - CEP: 78.050-258
Telefone: (65) 3613-9100

10.2. Obrigações da Contratada

- 10.2.1. Executar os serviços somente após emissão de Ordem de Serviço;
- 10.2.2. Manter todas as condições de habilitação durante a vigência do contrato;
- 10.2.3. Atender chamados em até **5 horas, ou 2 horas no Datacenter**;
- 10.2.4. Executar imediatamente os serviços no Datacenter;
- 10.2.5. Refazer serviços recusados em até **48 horas**;
- 10.2.6. Fornecer Certificado de Garantia dos serviços de, no mínimo 90 dias;
- 10.2.7. Entregar à fiscalização as peças substituídas;
- 10.2.8. Utilizar EPIs e observar normas de segurança;
- 10.2.9. Dispor de meios próprios de transporte e ferramentas;
- 10.2.10. Responsabilizar-se por danos, acidentes e encargos trabalhistas;
- 10.2.11. Disponibilizar meios eficazes de comunicação;
- 10.2.12. Apresentar defesa em 2 dias úteis, prorrogáveis a critério da Administração, para apresentar defesa e regularizar falhas observadas no contrato;
- 10.2.13. Reparar, remover, refazer ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, as peças ou serviços em que se verificarem defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços ou materiais empregados;
- 10.2.14. Prestar esclarecimentos técnicos referentes a serviços executados, sempre que solicitados pela Contratante;
- 10.2.15. Emitir, para cada grupo de serviços realizados, uma Nota Fiscal detalhando os serviços executados.

12. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da aquisição do objeto desta licitação correrão a conta dos recursos específicos consignados no orçamento do Ministério Público do Trabalho, para o Exercício Financeiro de 2026, Aplicações Diretas; Programa de Trabalho 03062058142620001, natureza da despesa 339039, plano interno DEFESA 01.

Cuiabá-MT, data da assinatura eletrônica.

(assinado eletronicamente)
ELCY LUIZA E SILVA MENDONÇA
Técnica Administrativa



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO
Rua Arnaldo Lopes Sussekund, n 236, – Bairro Jardim Aclimação – Cuiabá – MT - CEP: 78.050-258
Telefone: (65) 3613-9100

ANEXO I - A

Lista de ares-condicionados instalados na SEDE da PRT23			
Itens	Patrim.	Descrição	Local
1	12226	aparelho de ar condicionado 24000 btu 110/220v tipo split	T-02: Seção de documentação e gestão da informação (em Sede (Permanente) - Térreo)
2	12225	aparelho de ar condicionado 24000 btu 110/220v tipo split	S-04: Depósito Almoxarifado (em Sede (Permanente) - Sobresolo (-1))
3	12222	aparelho de ar condicionado 24000 btu 110/220v tipo split	307-A : Gabinete Procurador (Dr. Luis Paulo) (em Sede (Permanente))
4	11951	condicionador de ar tipo split 24.000 btus agratto	Recepção (em Sede (Permanente) - Térreo)
5	11950	condicionador de ar tipo split 24.000 btus agratto	104 - Divisão de Orçamento e Finanças (em Sede (Permanente) - 1º Andar)
6	11949	condicionador de ar tipo split 24.000 btus agratto	T-05: Sala de Audiência 1 (em Sede (Permanente) - Térreo)
7	11948	condicionador de ar tipo split 24.000 btus agratto	S-03:Terceirizados (em Sede (Permanente) - Sobresolo (-1))
8	11947	condicionador de ar tipo split 24.000 btus agratto	102 - B: Diretoria Divisão Processual (em Sede (Permanente))
9	11946	condicionador de ar tipo split 24.000 btus agratto	106 - DTI (em Sede (Permanente) - 1º Andar)
10	11945	condicionador de ar tipo split 24.000 btus agratto	102 - A: Planassiste (em Sede (Permanente) - 1º Andar - 102 - Divisão Processual)
11	11944	condicionador de ar tipo split 24.000 btus agratto	308 - Apoio Procurador(a) (em Sede (Permanente) - 3º Andar)
12	11943	condicionador de ar tipo split 24.000 btus agratto	T-03: Sala dos vigilantes (em Sede (Permanente) - Térreo)
13	11941	condicionador de ar tipo split 24.000 btus agratto	207 -A -Gabinete Procurador(a) (Dr.Francisco) (em Sede (Permanente))
14	11940	condicionador de ar tipo split 24.000 btus agratto	Copa (em Sede (Permanente) - Sobresolo (-1))



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO

Rua Arnaldo Lopes Sussekind, n 236, – Bairro Jardim Aclimação – Cuiabá – MT - CEP: 78.050-258
Telefone: (65) 3613-9100

15	11423	condicionador de ar tipo inverter - 18.000 btus - philco	T-07: SRSI (em Sede (Permanente) - Térreo)
16	11422	condicionador de ar tipo inverter - 18.000 btus - philco	T-08: Sala de Audiência 3 (em Sede (Permanente) - Térreo)
17	11421	condicionador de ar tipo inverter - 18.000 btus - philco	T-06: Sala de Audiência 2 (em Sede (Permanente) - Térreo)
18	11420	condicionador de ar tipo inverter - 18.000 btus - philco	101 - Apoio (2º Ofício) (em Sede (Permanente) - 1º Andar)
19	11419	condicionador de ar tipo inverter - 18.000 btus - philco	T-07: SRSI (em Sede (Permanente) - Térreo)
20	11418	condicionador de ar tipo inverter - 18.000 btus - philco	103 - C Setor de Gestão de Contratos (GCA) (em Sede (Permanente) - 1º Andar)
21	11417	condicionador de ar tipo inverter - 18.000 btus - philco	103 - B: Setor de Compras (em Sede (Permanente) - 1º Andar)
22	11416	condicionador de ar tipo inverter - 18.000 btus - philco	201 - Apoio Procurador(a) (em Sede (Permanente) - 2º Andar)
23	11415	condicionador de ar tipo inverter - 18.000 btus - philco	303 - Assessoria Jurídica (em Sede (Permanente) - 3º Andar)
24	11414	condicionador de ar tipo inverter - 18.000 btus - philco	102 - Divisão Processual (em Sede (Permanente) - 1º Andar)
25	11413	condicionador de ar tipo inverter - 18.000 btus - philco	101 - Apoio (2º Ofício) (em Sede (Permanente) - 1º Andar)
26	11412	condicionador de ar tipo inverter - 18.000 btus - philco	106-C: Manutenção DTI (em Sede (Permanente) - 1º Andar - 106 - DTI)
27	11411	condicionador de ar tipo inverter - 18.000 btus - philco	106 - DTI (em Sede (Permanente) - 1º Andar)
28	11410	condicionador de ar tipo inverter - 18.000 btus - philco	304 - Apoio Procurador(a) Chefe Substituto. (em Sede (Permanente)
29	10961	condicionador de ar split 36.000 btus	106-D: Data Center (em Sede (Permanente) - 1º Andar - 106 - DTI)
30	10960	condicionador de ar split - 36.000 btus	S-04: Depósito Almoxarifado (em Sede (Permanente) - Sobresolo (-1))
31	10959	condicionador de ar - 24.000 btus	103 - Assessoria de Comunicação (em Sede (Permanente) - 1º Andar)



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO

Rua Arnaldo Lopes Sussekund, n 236, – Bairro Jardim Aclimação – Cuiabá – MT - CEP: 78.050-258
 Telefone: (65) 3613-9100

32	10958	condicionador de ar - 24.000 btus	105 - Setor de Pessoal (RH) (em Sede (Permanente) - 1º Andar)
33	10957	condicionador de ar - 24.000 btus	204 - Apoio Procurador(a) (em Sede (Permanente) - 2º Andar)
34	10956	condicionador de ar -24.000 btus	203-A: Gabinete Procurador(a) (Dr Thaylise) (em Sede (Permanente)
35	10955	condicionador de ar - 24.000 btus	308 - Apoio Procurador(a) (em Sede (Permanente) - 3º Andar)
36	10954	condicionador de ar - 36.000 btus	106-A: Diretoria DTI (em Sede (Permanente) - 1º Andar - 106 - DTI)
37	10953	condicionadores de ar tipo split, marca elgin, hight-wall frio, 18000	305 - Assessoria de Planejamento e Gestão Estratégica do Procurador Chefe (em Sede
38	10952	condicionadores de ar tipo split, marca elgin, hight-wall frio, 18000	Sala de Máquinas (em Sede (Permanente) - Subsolo (-2))
39	10947	04008155 condicionador de ar tipo split, marca elgin, 12000 btus,	106-B: Desenvolvimento (em Sede (Permanente) - 1º Andar - 106 - DTI)
40	10755	aparelho de ar condicionado split hi-wall 36.000 btus, marca elgin.	106-D: Data Center (em Sede (Permanente) - 1º Andar - 106 - DTI)
41	10710	condicionador de ar 24000 btus, 220 v midea split	102 - Divisão Processual (em Sede (Permanente) - 1º Andar)
42	10709	condicionador de ar 24000 btus, 220 v midea split	S-02: Apoio Almoxarifado (em Sede (Permanente) - Sobresolo (-1))
43	10708	condicionador de ar 24000 btus, 220 v midea split	Sala de Máquinas (em Sede (Permanente) - Subsolo (-2))
44	10707	condicionador de ar 24000 btus, 220 v midea split	Recepção (em Sede (Permanente) - Térreo)
45	10706	condicionador de ar 24000 btus, 220 v midea split	Recepção (em Sede (Permanente) - Térreo)
46	10705	condicionador de ar 24000 btus, 220 v midea split	307 - Apoio Procurador (Dr. Luis Paulo) (em Sede (Permanente) - 3º Andar)
47	10220	condicionador de ar - conjunto composto por unidade evaporadora split system hi-wall de 24.000 btu's e unidade condensadora com compressor inverter; marca -	207 -A -Gabinete Procurador(a) (Dr.Francisco) (em Sede (Permanente)



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO

Rua Arnaldo Lopes Sussekund, n 236, – Bairro Jardim Aclimação – Cuiabá – MT - CEP: 78.050-258
Telefone: (65) 3613-9100

48	10212	condicionador de ar - conjunto composto por unidade evaporadora split system hi-wall de 18.000 btu's e unidade condensadora com compressor inverter; marca -	201 - Apoio Procurador(a) (em Sede (Permanente) - 2º Andar)
49	9909	condicionador de ar split inverter 36.000 btus, marca lg	T-01: Auditório (em Sede (Permanente) - Térreo)
50	9908	condicionador de ar split inverter 36.000 btus, marca lg	T-01: Auditório (em Sede (Permanente) - Térreo)
51	9907	condicionador de ar split inverter 36.000 btus, marca lg	T-01: Auditório (em Sede (Permanente) - Térreo)
52	9906	condicionador de ar split inverter 22.000 btus, marca lg	308-A: Gabinete Procurador(a) (Dr. Douglas) (em Sede (Permanente))
53	9905	condicionador de ar split inverter 22.000 btus, marca lg	303 - Assessoria Jurídica (em Sede (Permanente) - 3º Andar)
54	9904	condicionador de ar split inverter 22.000 btus, marca lg	302 - Gabinete Procurador(a) Chefe (em Sede (Permanente) - 3º Andar)
55	9903	condicionador de ar split inverter 22.000 btus, marca lg	300 - Secretaria Proc.Chefe / Corredor (em Sede (Permanente) - 3º Andar)
56	9901	condicionador de ar split inverter 22.000 btus, marca lg	306 - A: Gabinete Procurador(a) (Dra. Louise) (em Sede (Permanente))
57	9893	condicionador de ar split inverter 18.000 btus, marca lg	203 - Apoio Procurador(a) (em Sede (Permanente) - 2º Andar)
58	9892	condicionador de ar split inverter 18.000 btus, marca lg	205-A: Gabinete Procurador(a) (Dr.André) (em Sede (Permanente))
59	9891	condicionador de ar split inverter 18.000 btus, marca lg	306 - Apoio Procurador(a) (em Sede (Permanente) - 3º Andar)
60	9890	condicionador de ar split inverter 18.000 btus, marca lg	301 - Diretoria Regional (em Sede (Permanente) - 3º Andar)
61	9889	condicionador de ar split inverter 18.000 btus, marca lg	302 - Gabinete Procurador(a) Chefe (em Sede (Permanente) - 3º Andar)
62	9888	condicionador de ar split inverter 18.000 btus, marca lg	304 - A: Gabinete Procurador(a) (Dr. Bruno) (em Sede (Permanente))



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO

Rua Arnaldo Lopes Sussekind, n 236, – Bairro Jardim Aclimação – Cuiabá – MT - CEP: 78.050-258
 Telefone: (65) 3613-9100

63	9875	condicionador de ar split, 36.000 btus, marca eletrolux .	106-D: Data Center (em Sede (Permanente) - 1º Andar - 106 - DTI)
64	9874	condicionador de ar split, 36.000 btus, marca eletrolux	106-D: Data Center (em Sede (Permanente) - 1º Andar - 106 - DTI)
65	9872	condicionador de ar split inverter 18.000 btus, marca lg	202 - Divisão de Perícias (em Sede (Permanente) - 2º Andar)
66	9886	aparelho de ar-condicionado, split inverter de 22.000 btus, marca lg.	207 - Apoio Procurador(a) (em Sede (Permanente) - 2º Andar)
67	9885	aparelho de ar-condicionado, split inverter de 22.000 btus, marca lg	204-A: Gabinete Procurador(a) (Dr. Rapahel) (em Sede (Permanente))
68	9884	aparelho de ar-condicionado, split inverter de 22.000 btus, marca lg	201 - A: Gabinete Procurador(a) (Dr. Alysso) (em Sede (Permanente))
69	9879	aparelho de ar-condicionado, split inverter de 22.000 btus, marca lg.	103 - A: Diretoria da Divisão Administrativa (em Sede (Permanente) - 1º Andar)
70	9877	aparelho de ar-condicionado, split inverter de 22.000 btus, marca lg.	S-04: Depósito Almoxarifado (em Sede (Permanente) - Sobresolo (-1))

Ares-condicionados disponíveis em estoque

Itens	Patrim.	Descrição	Local
1	10754	aparelho de ar-condicionado split hi-wall 36.000 btus, marca elgin.	S-04: Depósito Almoxarifado (em Sede (Permanente) - Sobresolo (-1))
2	11433	condicionador de ar tipo inverter - 18.000 btus - philco	S-04: Depósito Almoxarifado (em Sede (Permanente) - Sobresolo (-1))
3	12144	aparelho ar-condicionado capacidade de refrigeração: 36.000 btu	S-04: Depósito Almoxarifado (em Sede (Permanente) - Sobresolo (-1))
4	12227	aparelho de ar-condicionado 24000 btu 110/220v tipo split	S-04: Depósito Almoxarifado (em Sede (Permanente) - Sobresolo (-1))
5	12228	aparelho de ar-condicionado 24000 btu 110/220v tipo split	S-04: Depósito Almoxarifado (em Sede (Permanente) - Sobresolo (-1))
6	12229	aparelho de ar-condicionado 24000 btu 110/220v tipo split	S-04: Depósito Almoxarifado (em Sede (Permanente) - Sobresolo (-1))
7	12230	aparelho de ar-condicionado 24000 btu 110/220v tipo split	S-04: Depósito Almoxarifado (em Sede (Permanente) - Sobresolo (-1))
8	12231	aparelho de ar-condicionado 24000 btu 110/220v tipo split	S-04: Depósito Almoxarifado (em Sede (Permanente) - Sobresolo (-1))



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO

Rua Arnaldo Lopes Sussekind, n 236, – Bairro Jardim Aclimação – Cuiabá – MT - CEP: 78.050-258
Telefone: (65) 3613-9100

9	12232	aparelho de ar-condicionado 24000 btu 110/220v tipo split	S-04: Depósito Almoхарifado (em Sede (Permanente) - Sobresolo (-1))
10	12233	aparelho de ar-condicionado 24000 btu 110/220v tipo split	S-04: Depósito Almoхарifado (em Sede (Permanente) - Sobresolo (-1))
11	12234	aparelho de ar-condicionado 24000 btu 110/220v tipo split	S-04: Depósito Almoхарifado (em Sede (Permanente) - Sobresolo (-1))



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO
Rua Arnaldo Lopes Sussekind, n 236, – Bairro Jardim Aclimação – Cuiabá – MT - CEP: 78.050-258
Telefone: (65) 3613-9100

ANEXO II

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO Nº .../2026

**TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS
CONDICIONADORES DE AR DO PRÉDIO SEDE DA
PRT23 EM CUIABÁ, QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO,
PORINTERMÉDIO DO (A) MINISTÉRIO PÚBLICO DO
TRABALHO/PROCURADORIA REGIONAL DO
TRABALHO DA 23ª REGIÃO E A EMPRESA**

_____.

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, de um lado A **UNIÃO FEDERAL**, por intermédio do **MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO/PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO**, inscrita no CNPJ/MJ sob o nº 26.989.715/0062-24, situada na Rua Arnaldo Lopes Sussekind, nº 236, Jardim Aclimação, Cuiabá-MT, CEP: 78.050-25, neste ato representada por sua Procuradora-Chefe, **Dra. THAYLISE CAMPOS COLETA DE SOUZA ZAFFANI**, CPF nº _____, RG nº _____, aqui fazendo uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria PGT n. 1455 de 29 de setembro de 2025, do Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral do Trabalho, doravante designada simplesmente **CONTRATANTE** e, do outro lado, a empresa _____ pessoa jurídica de direito privado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob o número _____, com sede na _____, nº _____, CEP: _____, Telefone _____, endereço eletrônico _____ doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por seu sócio proprietário, o Sr. _____, brasileiro, casado, engenheiro, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF/MF) sob o número _____, portador da Cédula de Identidade (RG) número _____, expedida pela SESP/MT, residente RUA _____, Cuiabá, MT, CEP _____ CELEBRAM, com fundamento na Lei nº 14.133/2021 e suas alterações, o presente CONTRATO mediante as seguintes cláusulas e condições:



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO

Rua Arnaldo Lopes Sussekund, n 236, – Bairro Jardim Aclimação – Cuiabá – MT - CEP: 78.050-258
Telefone: (65) 3613-9100

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

- 1.1 O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços contínuos, com execução por demanda, de manutenção preventiva e corretiva dos condicionadores de ar instalados no prédio sede da Procuradoria Regional do Trabalho da 23ª Região, sem fornecimento regular de peças, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.
- 1.2 Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo, aos seus anexos e à proposta vencedora, independentemente de transcrição integram este instrumento.
- 1.3 Objeto da contratação:

Aparelhos SPLIT de 18.000 BTU'S		
Itens	Serviços a serem realizados	Preço (R\$)
1	Retirada de vazamento, limpeza do sistema e serviço da carga de gás	
2	Substituição (troca) de ventilador interno e externo	
3	Substituição (troca) de Compressor	
4	Substituição de outras peças necessárias ao bom funcionamento do aparelho como: capacitor, válvula, termostato, central de comando etc.	
5	Instalação da unidade condensadora e evaporadora	
6	Desinstalação da unidade condensadora e evaporadora	
7	Limpeza da Unidade condensadora (lavagem)	
8	Limpeza da Unidade evaporadora (lavagem)	
Aparelhos SPLIT de 22.000 e 24.000 BTU'S		
itens	Serviços a serem realizados	Preço (R\$)
9	Retirada de vazamento, limpeza do sistema e serviço da carga de gás	
10	Substituição (troca) de ventilador interno e externo	
11	Substituição (troca) de Compressor	
12	Substituição de outras peças necessárias ao bom funcionamento do aparelho como: capacitor, válvula, termostato, central de comando etc.	



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO

Rua Arnaldo Lopes Sussekind, n 236, – Bairro Jardim Aclimação – Cuiabá – MT - CEP: 78.050-258
Telefone: (65) 3613-9100

13	Instalação da unidade condensadora e evaporadora	
14	Desinstalação da unidade condensadora e evaporadora	
15	Limpeza da Unidade condensadora (lavagem)	
16	Limpeza da Unidade evaporadora (lavagem)	

Aparelhos SPLIT de 36.000 BTU'S

itens	Serviços a serem realizados	Preço (R\$)
17	Retirada de vazamento, limpeza do sistema e serviço da carga de gás	
18	Substituição (troca) de ventilador interno e externo	
19	Substituição (troca) de Compressor	
20	Substituição de outras peças necessárias ao bom funcionamento do aparelho como: capacitor, válvula, termostato, central de comando etc.	
21	Instalação da unidade condensadora e evaporadora	
22	Desinstalação da unidade condensadora e evaporadora	
23	Limpeza da Unidade condensadora (lavagem)	
24	Limpeza da Unidade evaporadora (lavagem)	

Aparelhos SPLIT de 18.000 BTU'S INVERTER

itens	Serviços a serem realizados	Preço (R\$)
25	Retirada de vazamento, limpeza do sistema e serviço da carga de gás	
26	Substituição (troca) de ventilador interno e externo	
27	Substituição (troca) de Compressor	
28	Substituição de outras peças necessárias ao bom funcionamento do aparelho como: capacitor, válvula, termostato, central de comando etc.	
29	Instalação da unidade condensadora e evaporadora	
30	Desinstalação da unidade condensadora e evaporadora	
31	Limpeza da Unidade condensadora (lavagem)	
32	Limpeza da Unidade evaporadora (lavagem)	

Aparelhos SPLIT de 22.000 e 24.000 BTU'S INVERTER

itens	Serviços a serem realizados	Preço (R\$)
-------	-----------------------------	-------------



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO

Rua Arnaldo Lopes Sussekind, n 236, – Bairro Jardim Aclimação – Cuiabá – MT - CEP: 78.050-258
Telefone: (65) 3613-9100

33	Retirada de vazamento, limpeza do sistema e serviço da carga de gás	
34	Substituição (troca) de ventilador interno e externo	
35	Substituição (troca) de Compressor	
36	Substituição de outras peças necessárias ao bom funcionamento do aparelho como: capacitor, válvula, termostato, central de comando etc.	
37	Instalação da unidade condensadora e evaporadora	
38	Desinstalação da unidade condensadora e evaporadora	
39	Limpeza da Unidade condensadora (lavagem)	
40	Limpeza da Unidade evaporadora (lavagem)	

FORNECIMENTO DE GÁS

itens	Preço por 100 gramas	Preço (R\$)
41	Gás R410A	
42	Gás R32	
VALOR TOTAL GLOBAL		

Observação 1: A carga de gás será cobrada separadamente, discriminando-se o valor do serviço e o valor do material, conforme previsto nas tabelas acima. Dessa forma, ao solicitar o serviço de “Retirada de vazamento, limpeza do sistema e carga de gás”, o preço indicado refere-se exclusivamente à prestação do serviço, sendo o material (gás) faturado à parte, de acordo com o peso utilizado, a cada 100 g, conforme item informado anteriormente.

Observação 2: No valor da proposta para instalação da unidade condensadora e da unidade evaporadora deverá estar incluído o custo do tubo de cobre de 5/8” e 3/8” até o limite de 2 metros, bem como fita isolante, braçadeiras, parafusos e demais materiais necessários à correta instalação dos equipamentos.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1 O presente contrato terá vigência de **02 (dois) anos**, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser **prorrogado por sucessivos períodos**, mediante termo aditivo, desde que comprovada a manutenção das condições de vantajosidade para a Administração, observada a disponibilidade orçamentária e financeira, bem como o interesse público devidamente justificado, **até o limite máximo de 10 (dez) anos**, nos termos dos arts. 105 e 106, inciso II, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO

Rua Arnaldo Lopes Sussekund, n 236, – Bairro Jardim Aclimação – Cuiabá – MT - CEP: 78.050-258
Telefone: (65) 3613-9100

Parágrafo único. A prorrogação de que trata esta cláusula dependerá de prévia avaliação formal da Administração quanto ao desempenho contratual, à adequação dos preços às condições de mercado e à permanência da necessidade que motivou a contratação.

CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1 O valor total da contratação é de R\$ _____.

3.1.1 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.1.2 O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2026, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 200205

Fonte: 0100000000

Programa de Trabalho: 03062058142620001

Elemento de Despesa: 339030 e 339039

Plano Interno: DEFESA 01

4.2 No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correspondentes correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO

Rua Arnaldo Lopes Sussekund, n 236, – Bairro Jardim Aclimação – Cuiabá – MT - CEP: 78.050-258
Telefone: (65) 3613-9100

- 5.1 O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura e de todos os documentos necessários.
- 5.2 A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço.
- 5.2.1 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada na Lei nº 14.133/2021.
- 5.2.2 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 5.3 O setor competente, para proceder a o pagamento, deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- a) o prazo de validade;
 - b) a data da emissão;
 - c) os dados do contrato e do órgão contratante;
 - d) o período de prestação dos serviços;
 - e) o valor a pagar; e
 - f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 5.4 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;
- 5.5 Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
- a. não produziu os resultados acordados;
 - b. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
 - c. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO

Rua Arnaldo Lopes Sussekind, n 236, – Bairro Jardim Aclimação – Cuiabá – MT - CEP: 78.050-258
Telefone: (65) 3613-9100

- 5.6 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 5.7 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 5.8 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 5.9 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 5.10 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 5.11 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 5.12 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 5.12.1 Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
- 5.13 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.
- 5.14 O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência e no Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO

Rua Arnaldo Lopes Sussekund, n 236, – Bairro Jardim Aclimação – Cuiabá – MT - CEP: 78.050-258
Telefone: (65) 3613-9100

- 5.15 Nos casos de eventuais atrasos de pagamentos, desde que a licitante não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de atualização financeira devida pela CONTRATANTE, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, será de 6% a.a. (seis por cento ao ano), mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = valor da parcela a ser paga;

I = índice de atualização financeira = 0,0001643

- 5.16 Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e ser submetidos à apreciação da autoridade superior competente, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa.

CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

- 6.1 Os preços contratados poderão ser **reajustados**, com a finalidade de manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, **após decorrido o interregno mínimo de 12 (doze) meses**, contado a partir da **data do orçamento estimado da Administração** ou da **data da apresentação da proposta**, conforme definido no instrumento convocatório, nos termos do art. 134 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
- 6.2 O reajuste será calculado com base na variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, correspondente ao período de 12 (doze) meses imediatamente anterior à data do reajuste.
- 6.3 O cálculo do reajuste observará a seguinte fórmula:

$$R = P \times (I_1/I_0)$$

onde:

R = valor reajustado;

P = valor inicial do contrato ou do último valor reajustado;



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO

Rua Arnaldo Lopes Sussekind, n 236, – Bairro Jardim Aclimação – Cuiabá – MT - CEP: 78.050-258
Telefone: (65) 3613-9100

I_0 = índice IPCA referente ao mês base;

I_1 = índice IPCA referente ao mês do reajuste.

- 6.4 O reajuste será formalizado por apostilamento, nos termos do art. 136 da Lei nº 14.133/2021, desde que não implique alteração das demais cláusulas contratuais.
- 6.5 Na hipótese de atraso na concessão do reajuste por iniciativa da Administração, será assegurado à contratada o direito à aplicação do índice de forma **retroativa**, a partir da data em que implementados os requisitos legais para o reajuste.
- 6.6 É vedada a concessão de reajuste em periodicidade inferior a **12 (doze) meses**.

CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA

- 7.1 Para garantia do fiel cumprimento das obrigações assumidas, a contratada deverá prestar garantia correspondente a **5% (cinco por cento) do valor total do contrato**, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no prazo de até **10 (dez) dias úteis** contado da assinatura do instrumento contratual.
- 7.2 A garantia poderá ser prestada, a critério da contratada, por uma das seguintes modalidades:
- I – caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;
 - II – seguro-garantia;
 - III – fiança bancária.
- 7.3 A garantia prestada deverá ter validade durante toda a vigência do contrato e, quando necessário, ser renovada ou complementada em razão de eventual prorrogação contratual ou alteração do valor do contrato.
- 7.4 A garantia será liberada ou restituída após o integral cumprimento das obrigações contratuais, observado o prazo legal para verificação de eventuais pendências, prejuízos ou responsabilidades da contratada.
- 7.5 A garantia responderá pelo ressarcimento de prejuízos decorrentes do **inadimplemento total ou parcial** das obrigações contratuais, inclusive multas aplicadas, sem prejuízo da adoção das demais medidas administrativas e legais cabíveis.
- 7.6 A não apresentação da garantia no prazo estabelecido poderá ensejar a **rescisão contratual**, nos termos da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO
Rua Arnaldo Lopes Sussekind, n 236, – Bairro Jardim Aclimação – Cuiabá – MT - CEP: 78.050-258
Telefone: (65) 3613-9100

CLÁUSULA OITAVA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

- 8.1 O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

- 9.1 Executar os serviços somente após emissão de Ordem de Serviço;
- 9.2 Manter todas as condições de habilitação durante a vigência do contrato;
- 9.3 Atender chamados em até 5 horas, ou 2 horas no Datacenter;
- 9.4 Executar imediatamente os serviços no Datacenter;
- 9.5 Refazer serviços recusados em até 48 horas;
- 9.6 Fornecer Certificado de Garantia dos serviços de, no mínimo 90 dias;
- 9.7 Entregar à fiscalização as peças substituídas;
- 9.8 Utilizar EPIs e observar normas de segurança;
- 9.9 Dispor de meios próprios de transporte e ferramentas;
- 9.10 Responsabilizar-se por danos, acidentes e encargos trabalhistas;
- 9.11 Disponibilizar meios eficazes de comunicação;
- 9.12 Apresentar defesa em 2 dias úteis, prorrogáveis a critério da Administração, para apresentar defesa e regularizar falhas observadas no contrato;
- 9.13 Reparar, remover, refazer ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, as peças ou serviços em que se verificarem defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços ou materiais empregados;
- 9.14 Prestar esclarecimentos técnicos referentes a serviços executados, sempre que solicitados pela Contratante;



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO

Rua Arnaldo Lopes Sussekind, n 236, – Bairro Jardim Aclimação – Cuiabá – MT - CEP: 78.050-258
Telefone: (65) 3613-9100

9.15 Emitir, para cada grupo de serviços realizados, uma Nota Fiscal detalhando os serviços executados.

CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 Nos termos do art. 156 da Lei 14.133/2021 e Portaria PGR/MPU n. 178, de 13 de setembro de 2023 e Instrução Normativa PGT/DG n. 02, de 04 de junho de 2024, serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

- I. advertência;
- II. multa;
- III. impedimento de licitar e contratar;
- IV. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.2 Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.3 A **advertência** deverá ser aplicada somente na hipótese de inexecução contratual parcial injustificada, quando não couber imposição de penalidade mais grave.

10.4 A **multa** decorrente das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, é denominada multa sancionatória e poderá ser aplicada ao infrator de forma isolada ou cumulativamente com as demais espécies de sanções da lei.

10.5 Nos termos do art. 14, inciso II, da Portaria PGR/MPU n. 178, de 13 de setembro de 2023 as infrações previstas no art. 155, I, II, III e VII, da Lei nº 14.133, de 2021 terá o seguinte critério de aplicação:



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO

Rua Arnaldo Lopes Sussekund, n 236, – Bairro Jardim Aclimação – Cuiabá – MT - CEP: 78.050-258
Telefone: (65) 3613-9100

Item	Conduta Lesiva	Percentual da multa sobre o valor do contrato
I	dar causa à inexecução parcial do contrato	Entre 0,5 e 1%
II	dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;	Entre 2% e 5%
III	dar causa à inexecução total do contrato;	Entre 5 e 10%
IV	ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado	Entre 2 e 5%

10.6 No caso das demais infrações do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, o critério de aplicação da multa será o seguinte:

Item	Conduta Lesiva	Percentual da multa sobre o valor do contrato
I	deixar de entregar a documentação exigida para o certame;	Entre não aplicar a multa e aplicar num % de até 1%
II	não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;	Entre não aplicar a multa e aplicar num % de até 1%
III	não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;	Entre 0,5 e 5%
IV	apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;	Entre 10 e 15%
V	fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;	Entre 10 e 15%
VI	comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;	Entre 10 e 20%
VII	praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;	Entre 10 e 20%
VIII	praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.	Entre 10 e 20%



10.7 O atraso injustificado na execução contratual sujeitará o contratado à **multa de mora** com os seguintes critérios:

Item	Conduta Lesiva	Percentual da multa sobre o valor do contrato
I	Atraso injustificado na execução contratual	Entre 0,5 e 1% ao dia, limitado a 30%

10.8 Nos termos do art. 21, § 1º da Portaria PGR/MPU n. 178/2023, considera-se justificado o atraso, desde que devidamente comprovado pelo contratado, a incidência das seguintes situações:

- a) alteração do projeto ou especificações pela Administração;
- b) superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;
- c) interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da Administração;
- d) aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei nº 14.133, de 2021;
- e) impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência; e
- f) omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

10.9 Caso a prestação do serviço ou entrega do objeto não mais seja útil em razão da demora, segundo parecer da área técnica interessada, restará configurada inexecução contratual.

10.10 Em homenagem ao § 3º do art. 21 da Portaria PGR/MPU n. 178/2023, neste contrato, a partir de 90 dias de mora das obrigações secundárias assumidas o atraso será considerado inexecução parcial do contrato.

10.11 A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração promova a extinção unilateral do contrato e aplique outras sanções contratuais e legais, caso em que a multa de mora se converterá em multa compensatória e será descontada do valor da indenização devida à Administração, se houver.

10.12 A partir de 30 dias de mora da obrigação principal, passará a configurar a infração prevista no item 3.2, item IV da tabela (art. 155, VII da Lei 14.133/2021).

10.13 O descumprimento das obrigações contratuais apenas com multas não afasta a possibilidade da consumação das infrações do art. 155, I, II, III e VII, da Lei nº 14.133, de 2021.



10.14 A sanção de **impedimento de licitar** e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da União deve ser aplicada de acordo com os prazos a seguir estabelecidos, quando não se justificar a imposição da declaração de inidoneidade ao licitante ou contratado que praticar as condutas lesivas na forma abaixo:

Item	Conduta Lesiva	Prazo de impedimento de licitar e contratar com a União (Pena Base)
I	dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo	12 meses
II	der causa à inexecução total do contrato	18 meses
III	deixar de entregar a documentação exigida para o certame	4 meses
IV	não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado	12 meses
V	não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta	12 meses
VI	ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado	6 meses

10.15 O prazo total da pena, após análise das circunstâncias gerais, deve observar o máximo de 3 (três) anos.

10.16 A sanção prevista neste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas quando não se justificar a imposição de declaração de inidoneidade, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção.

10.17 A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar impede o responsável pelas infrações administrativas de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos e será aplicada em consequência das condutas abaixo e pelos seguintes prazos:



Item	Conduta Lesiva	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar (Pena base)
I	apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato	48 meses
II	fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato	54 meses
III	comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	54 meses
IV	praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação	54 meses
V	praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	60 meses

10.18 A sanção estabelecida neste artigo será precedida de análise jurídica.

10.19 O prazo total da pena, após análise das circunstâncias gerais, deve observar o mínimo de 3 (três) anos e o máximo de 6 (seis) anos.

10.20 Serão utilizadas as definições, prazos, circunstâncias agravantes e atenuantes previstas na Instrução Normativa PGT/DG n. 02, de 04 de junho de 2024;

10.21 Na dosimetria das sanções administrativas será observado o Capítulo V da Portaria PGR/MPU n. 178, de 13 de setembro de 2023;

10.22 Aplicam-se ainda aos casos omissos as disposições contidas na Portaria PGR/MPU n. 178, de 13 de setembro de 2023 e no art. 155 e seguintes da Lei 14.133/2021.

10.23 Não haverá aplicabilidade de multas durante as prorrogações compensatórias expressamente concedidas pela Administração, em virtude de caso fortuito, força maior ou impedimento causado pela Administração.

10.24 Após a aplicação de qualquer penalidade prevista, realizar-se-á comunicação escrita à empresa e registrado no SICAF.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

11.1 O presente contrato poderá ser rescindido nos casos dispostos por ato unilateral da Administração, por acordo entre as partes, desde que motivada e previamente notificada, com uma antecedência mínima de 30 (trinta) dias, ou, ainda, por via judicial na forma da lei.



11.2 É assegurado à CONTRATANTE o direito de rescindir o presente Contrato, mediante notificação entregue diretamente à CONTRATADA, pelos seguintes motivos:

- a) a inexecução total ou parcial do contrato, sem prejuízo das demais consequências contratuais e das previstas em lei ou regulamento;
- b) o não cumprimento ou cumprimento irregular das cláusulas ora ajustadas;
- c) o atraso injustificado na execução dos serviços contratados;
- d) a paralisação dos serviços contratados sem justa causa ou prévia comunicação à CONTRATANTE;
- e) a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem sua boa execução;
- f) o desatendimento das determinações regulamentares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores, salvo se flagrantemente ilegais;
- g) a decretação de falência, o pedido de concordata ou a instauração de insolvência civil de qualquer sócio da CONTRATADA;
- h) a dissolução da sociedade;
- i) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a sua execução;
- j) razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATADA, e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;
- k) cometimento reiterado de falhas na execução deste Contrato;
- l) ocorrência de caso fortuito de força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução deste Contrato;
- m) protesto de títulos ou emissão de cheque sem a correspondente previsão de fundo em poder do sacado, que caracterizem a insolvência da CONTRATADA.

11.3 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do respectivo processo, assegurando-se à CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa.



CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES

- 12.1 É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

- 13.1 O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas técnicas, jurídicas e administrativas, nas hipóteses e limites previstos nos arts. 124 a 136 da Lei nº 14.133/2021, mediante termo aditivo, precedido de regular instrução processual.
- 13.2 As alterações contratuais poderão ocorrer:
- 13.3 I – por acordo entre as partes, quando necessárias para:
- a) melhor adequação técnica aos objetivos da contratação;
 - b) modificação do projeto ou das especificações, para melhor atendimento do interesse público;
 - c) restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, em razão da ocorrência de fatos imprevisíveis, previsíveis de consequências incalculáveis, caso fortuito, força maior ou fato do príncipe, devidamente comprovados;
- II – por determinação unilateral da Administração, nos casos previstos em lei, relativos à modificação quantitativa do objeto, observados os limites legais, resguardado o direito da contratada à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.
- 13.4 As alterações quantitativas do objeto observarão os limites legais de acréscimos ou supressões, não podendo exceder 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, salvo as exceções expressamente previstas na legislação vigente.
- 13.5 Nenhuma alteração contratual poderá implicar modificação do objeto inicialmente contratado, de forma a descaracterizar sua essência ou frustrar o procedimento licitatório que lhe deu origem, sob pena de nulidade.
- 13.6 As alterações contratuais somente produzirão efeitos após a formalização do respectivo termo aditivo ou apostila, quando cabível, vedada a execução de serviços ou fornecimentos não previamente formalizados, salvo nos casos expressamente autorizados em lei.
- 13.7 As alterações que importarem impacto financeiro dependerão de prévia existência de recursos orçamentários e financeiros, devidamente comprovada nos autos, observadas as normas de execução orçamentária e financeira da Administração Pública.



- 13.8 Todos os termos aditivos firmados integrarão o presente contrato para todos os fins de direito, observando-se, ainda, os princípios da legalidade, motivação, transparência, interesse público e segurança jurídica. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

- 14.1 Os casos omissos e as dúvidas decorrentes da execução do presente contrato serão solucionados pela Administração, **à luz da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, das demais normas legais e regulamentares aplicáveis à matéria, bem como **dos princípios que regem a Administração Pública**.
- 14.2 Na ausência de disposição expressa neste instrumento, aplicar-se-ão, supletivamente, as normas de direito público e, de forma subsidiária, os princípios gerais do direito e as normas de direito privado, **desde que compatíveis com o regime jurídico-administrativo e com a Lei nº 14.133/2021**.
- 14.3 As soluções adotadas para os casos omissos deverão ser **devidamente motivadas**, formalizadas nos autos do respectivo processo administrativo e comunicadas à contratada, assegurados, quando cabíveis, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

- 15.1 O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária de Mato Grosso.
- 15.2 Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Cuiabá, de de 2026.

Representante legal da CONTRATANTE

Representante legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:



ANEXO III

MODELO DE PROPOSTA

À

Procuradoria Regional do Trabalho da 23ª Região

Ref.: Licitação Pregão Eletrônico n. 01/2026.

Senhores, apresentamos proposta de preços para fornecimento do objeto de que trata o Pregão Eletrônico n. 01/2026, conforme especificações constantes do Edital e seus Anexos.

Para tanto, propomo-nos a fornecer o objeto, conforme proposta, ora anexa:

Aparelhos SPLIT de 18.000 BTU'S	
Serviços a serem realizados	Preço (R\$)
Retirada de vazamento, limpeza do sistema e serviço da carga de gás	R\$ _____
Substituição (troca) de ventilador interno e externo	R\$ _____
Substituição (troca) de Compressor	R\$ _____
Substituição de outras peças necessárias ao bom funcionamento do aparelho como: capacitor, válvula, termostato, central de comando etc.	R\$ _____
Instalação da unidade condensadora e evaporadora	R\$ _____
Desinstalação da unidade condensadora e evaporadora	R\$ _____
Limpeza da Unidade condensadora (lavagem)	R\$ _____
Limpeza da Unidade evaporadora (lavagem)	R\$ _____
Aparelhos SPLIT de 22.000 e 24.000 BTU'S	
Serviços a serem realizados	Preço (R\$)
Retirada de vazamento, limpeza do sistema e serviço da carga de gás	R\$ _____
Substituição (troca) de ventilador interno e externo	R\$ _____
Substituição (troca) de Compressor	R\$ _____
Substituição de outras peças necessárias ao bom funcionamento do aparelho como: capacitor, válvula, termostato, central de comando etc.	R\$ _____



Instalação da unidade condensadora e evaporadora	R\$ _____
Desinstalação da unidade condensadora e evaporadora	R\$ _____
Limpeza da Unidade condensadora (lavagem)	R\$ _____
Limpeza da Unidade evaporadora (lavagem)	R\$ _____
Aparelhos SPLIT de 36.000 BTU'S	
Serviços a serem realizados	Preço (R\$)
Retirada de vazamento, limpeza do sistema e serviço da carga de gás	R\$ _____
Substituição (troca) de ventilador interno e externo	R\$ _____
Substituição (troca) de Compressor	R\$ _____
Substituição de outras peças necessárias ao bom funcionamento do aparelho como: capacitor, válvula, termostato, central de comando etc.	R\$ _____
Instalação da unidade condensadora e evaporadora	R\$ _____
Desinstalação da unidade condensadora e evaporadora	R\$ _____
Limpeza da Unidade condensadora (lavagem)	R\$ _____
Limpeza da Unidade evaporadora (lavagem)	R\$ _____
Aparelhos SPLIT de 18.000 BTU'S INVERTER	
Serviços a serem realizados	Preço (R\$)
Retirada de vazamento, limpeza do sistema e serviço da carga de gás	R\$ _____
Substituição (troca) de ventilador interno e externo	R\$ _____
Substituição (troca) de Compressor	R\$ _____
Substituição de outras peças necessárias ao bom funcionamento do aparelho como: capacitor, válvula, termostato, central de comando etc.	R\$ _____
Instalação da unidade condensadora e evaporadora	R\$ _____
Desinstalação da unidade condensadora e evaporadora	R\$ _____
Limpeza da Unidade condensadora (lavagem)	R\$ _____
Limpeza da Unidade evaporadora (lavagem)	R\$ _____
Aparelhos SPLIT de 22.000 e 24.000 BTU'S INVERTER	
Serviços a serem realizados	Preço (R\$)
Retirada de vazamento, limpeza do sistema e serviço da carga de gás	R\$ _____



Substituição (troca) de ventilador interno e externo	R\$ _____
Substituição (troca) de Compressor	R\$ _____
Substituição de outras peças necessárias ao bom funcionamento do aparelho como: capacitor, válvula, termostato, central de comando etc.	R\$ _____
Instalação da unidade condensadora e evaporadora	R\$ _____
Desinstalação da unidade condensadora e evaporadora	R\$ _____
Limpeza da Unidade condensadora (lavagem)	R\$ _____
Limpeza da Unidade evaporadora (lavagem)	R\$ _____
FORNECIMENTO DE GÁS	
Preço por 100 gramas	Preço (R\$)
Gás R410A	R\$ _____
Gás R32	R\$ _____
VALOR TOTAL GLOBAL	R\$ _____

- 1) Declaramos não existir nenhum fato impeditivo que obste esta empresa contratar com a Administração Pública;
- 2) Declaramos, também, não existir em nosso quadro de pessoal menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze, ou menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, consoante inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal;
- 3) Declaramos, ainda, não possuir como sócio, gerente ou diretor, membro ou servidor do Ministério Público da União, inclusive seu cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, conforme dispõe a Resolução nº 37/2009 do CNMP;
- 4) Declaramos, para fins do disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988, que não possuímos em nossa cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado.
- 5) Declaramos de que cumprimos a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.



MPU - MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO
Rua Arnaldo Lopes Süsseskind, n. 236, Jardim Aclimação, Cuiabá/MT - CEP 78050-258
Telefone (65) 3613-9100 - www.prt23.mpt.mp.br

<u>DADOS DA EMPRESA</u>					
Razão social:					
CNPJ nº:		Inscrição Estadual nº:			
Endereço:					
Cidade:		UF:		CEP.:	
E-mail:					
Tel.:		Cel.:		Fax.:	
Nº Banco:		Nº Agência:		Nº Conta:	
<u>DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA</u>					
Nome:					
RG:		CPF:		Tel.:	
E-Mail:					

Local e data: _____

(Representante Legal da Empresa)

Apor o Carimbo contendo o CNPJ, se o papel não contiver o timbre da empresa.



MPU - MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO
Rua Arnaldo Lopes Süsskind, n. 236, Jardim Aclimação, Cuiabá/MT - CEP 78050-258
Telefone (65) 3613-9100 - www.prt23.mpt.mp.br

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE VISTORIA (MODELOS)

Declaro para os devidos fins que realizei a vistoria facultativa prevista no item 6 do edital e tomei conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, não podendo alegar desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços.

OU

Declaro para os devidos fins que, apesar de não ter realizado a vistoria facultativa prevista no item 6 do edital, tomei conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, não podendo alegar desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços.

Cidade, xx de xxxxxx de 2026

Assinatura/Carimbo do Declarante

Assinatura/Carimbo da Empresa



ANEXO V

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA (ME)
OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP)

À

Procuradoria Regional do Trabalho da 23ª Região

REF.: Pregão Eletrônico n. 01/2026

..... (nome da empresa), inscrita (o) no CNPJ sob o n.º....., com sede (endereço completo), representada neste ato por..... (qualificação completa), interessada(o) em participar do Edital de Pregão Eletrônico n. 01/2026, declara, sob as penas da Lei, para os devidos fins que se enquadra na modalidade de microempresa / empresa de pequeno porte, conforme define o Art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e demais legislações aplicáveis.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Cidade, de de 2026.

Representante legal

CPF nº

RG nº